

## **Elevação do salário real no Brasil dos anos 90: testando o “efeito-estrutura”\***

**Flávio Benevett Fligenspan\*\***

**Maria Isabel Herz da Jornada\*\*\***

### **Resumo**

Esse artigo propõe-se a investigar se o aumento do salário médio real da economia brasileira durante os anos 1990-99, constatado através das informações da RAIS, refletiu uma efetiva elevação dos rendimentos de quem se manteve empregado nesse período de duros ajustes estruturais, ou tratou-se de um efeito aritmético, pelo qual as demissões de trabalhadores, concentrando-se de forma mais do que proporcional na base da distribuição de salários, elevaram, matematicamente, a média. Através das informações do CAGED, sobre admissões e desligamentos por faixas de rendimentos, é possível verificar que a faixa de salários baixos foi justamente a única que contratou mais do que demitiu no período. Portanto, conclui-se que a elevação do salário médio real foi verdadeira, não sendo causada por um simples efeito matemático.

### **I. Introdução**

Após a longa década perdida dos anos 80, caracterizada por baixas taxas de crescimento e indefinição quanto ao tratamento da inflação e da dívida externa, os anos 90 trouxeram modificações estruturais com impactos profundos sobre o futuro da economia brasileira. A abertura comercial e financeira, associada ao câmbio valorizado e aos juros altos do pós-real, impôs um duro processo de reestruturação produtiva, com efeitos positivos e negativos para empresas e trabalhadores. Alguns setores – e, mais especificamente, determinadas empresas, variando seu porte, composição societária etc - conseguiram se adaptar aos novos condicionantes, reorganizando a produção e a comercialização, chegando mesmo a conquistar novos mercados. Outros diminuíram significativamente a produção e o emprego e limitaram-se a sobreviver, à espera de algum ajuste que lhes pudesse gerar novo fôlego. A desvalorização cambial de janeiro de 1999 teve esse efeito, permitindo um revitalização de setores e empresas. Quem

conseguiu subsistir ao período mais duro, certamente tinha gerado condições para aproveitar esse impulso favorável.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, a década de 90 foi muito adversa. Os primeiros três anos – com o Governo Collor, de 1990 a 1992 – trouxeram o impacto mais forte da abertura comercial e da recessão, gerando saldos negativos no mercado formal de trabalho. Os anos seguintes foram de (frágil) recuperação da ocupação, impulsionada pelo aquecimento do consumo doméstico, derivado da queda sensível da inflação. Ainda que as crises externas tenham se feito sentir, dada a crescente vulnerabilidade da economia brasileira, de 1993 a 1999 houve, ano a ano, crescimento do número de ocupados no mercado formal. É verdade que esse crescimento foi muito inferior ao necessário para absorver os novos contingentes que continuaram a ingressar no mercado de trabalho. Isso obriga a caracterizar o crescimento do emprego como débil, até porque ele conviveu com uma persistente escalada do desemprego, qualquer que seja a forma de mensurá-lo.

A literatura sobre o mercado de trabalho brasileiro preocupou-se em medir a evolução da ocupação e dos rendimentos ao longo de uma década tão rica em transformações. Como teriam evoluído essas duas variáveis num cenário de reestruturação produtiva e queda da inflação? Como os vários setores produtivos teriam se adaptado a essas mudanças e como cada segmento do mercado de trabalho teria absorvido os ajustes? Um dos pressupostos mais consensuais era o de que setores diferentes, dependendo do grau de exposição à abertura comercial e financeira, deveriam dar respostas diversas. É o caso da indústria, que sofreria impactos mais diretos que o setor serviços. Igualmente, convergia-se para o entendimento de que os trabalhadores com menor remuneração – tipicamente aqueles com baixa escolaridade, responsáveis por tarefas mais simples – seriam potencialmente mais atingidos pela transição para métodos de produção com maiores exigências de qualificação e, intrinsecamente, poupadores de mão-de-obra. Tomava-se como uma consequência natural, portanto, num ambiente de baixo crescimento e de reorganização produtiva, que houvesse expulsão relativamente mais intensa desses trabalhadores do mercado. A indústria, por representar a vanguarda do processo de reestruturação e estar mais exposta à competição internacional, experimentaria de forma mais acentuada esses efeitos.

Caso se verificasse essa maior destruição dos postos de trabalho situados na base da pirâmide salarial, um efeito matemático atuaria sobre o salário médio da

economia brasileira no período, pois a supressão desses trabalhadores, por si só, elevaria a média. Assim, o movimento de recuperação dos salários reais, verificado em boa parte da década, seria apenas, ou em boa parte, reflexo desse efeito matemático, gerando uma distorção na interpretação dos fatos. É claro que, num ambiente de redução significativa da alta dos preços, a forma mais imediata para explicar um movimento de elevação do salário médio real é associá-lo à queda da inflação. Inúmeras abordagens tomaram esse rumo; no entanto, essa interpretação tradicional (e apriorística) poderia estar escondendo outro fenômeno. Se fosse efetivamente verificada a ocorrência daquele efeito matemático, constatando-se que o salário médio havia subido principalmente pela exclusão dos trabalhadores de menores rendimentos, estaria demonstrado que **os salários de quem permaneceu no mercado de trabalho** não teriam crescido. Obviamente, essa é uma questão que interessa a várias instâncias da sociedade, não podendo ser remetida apenas à esfera sindical ou à avaliação dos resultados do Plano Real ou do próprio Governo. Até mesmo planos de expansão empresarial, com base em projeções de crescimento dos mercados – e do poder de compra dos trabalhadores –, devem tomar esse tipo de informação como ponto de partida.

A proposta desse artigo é justamente examinar a existência do chamado efeito-estrutura na evolução do salário médio real dos trabalhadores formais da economia brasileira, durante o período 1990-99. Isto é, o aumento do salário médio real, matematicamente inquestionável, como demonstrar-se-á na próxima seção, representou elevação do poder de compra ou encobriu um viés de interpretação? Para tanto, tomaram-se como ponto de partida as bases RAIS e CAGED (Módulo II), do Ministério do Trabalho e Emprego, para avaliar a evolução, respectivamente, do salário médio real

e da movimentação de pessoal, por faixa de rendimentos. Através da segmentação da movimentação de pessoal em três faixas de rendimentos, arbitrariamente definidas, é possível testar a hipótese da mudança estrutural do emprego formal, para saber se verifica-se a presumida redução da base da distribuição salarial, isto é, a expulsão mais do que proporcional dos trabalhadores de baixos salários.

## **II. A evolução do salário médio real**

O Gráfico 1 ilustra a evolução do salário médio real dos trabalhadores brasileiros com vínculo formal de trabalho ao longo da década de 90. De imediato, chama atenção o fato de que no período de 1990 a 1992, apesar das baixas taxas de crescimento da economia e da ainda elevada inflação, o salário médio real cresceu 1,9%. É bem verdade que a alta verificada entre 1991 e 1992 é que influencia o resultado do período, pois entre 1990 e 1991 houve queda. Mas, de qualquer forma, vale o registro da alta num momento tão difícil, que apresentou até mesmo queda no número absoluto de postos de trabalho formais.

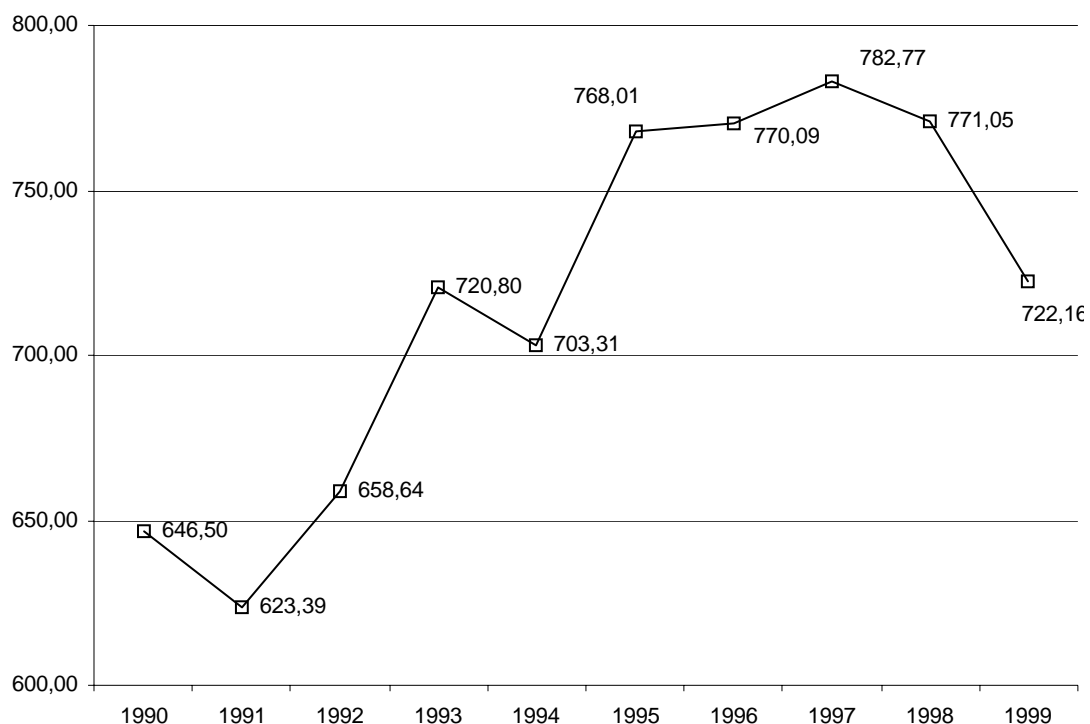
O período 1993/97 foi de retomada da atividade econômica. A partir de 1994, com o Plano Real, consolidou-se na sociedade a idéia de que a inflação havia sido finalmente tratada de forma adequada, o que se refletiu em uma expansão significativa do consumo. Nesse ambiente favorável, o emprego formal voltou a crescer e o salário médio real experimentou um ganho de 18,8%. Deve-se realçar, porém, que entre 1993 e 1994 houve queda e que o grande ganho do período se deu entre 1994 e 1995, a despeito desse último ano ter absorvido os efeitos negativos da crise mexicana sobre a economia brasileira. Os anos seguintes exibiram crescimentos discretos do salário médio real.

Os dois últimos anos aqui tratados caracterizam-se como de crise do Real. O ano de 1998 absorveu todo o impacto das crises internacionais (asiática de 1997 e russa de 1998), pondo em xeque o modelo cambial brasileiro, o que levou a um crescimento do PIB de apenas 0,2% e a um processo de fuga maciça de capitais. Como se sabe, o início de 1999 marcou o final do arranjo de política econômica que vigorara até então. O trauma do abandono da âncora cambial levou vários meses para se desfazer. Depois de grande oscilação do valor da moeda, com todas as repercussões negativas que um movimento desse tipo acarreta, a produção só foi se recuperar no meio do ano, o que gerou novamente uma medíocre taxa de crescimento

do PIB (0,8%). Além disso, a nova cotação do real elevou os preços dos produtos importados, impactando várias cadeias produtivas, o que causou um repique inflacionário. Assim, nesse biênio reduziu-se o salário médio real em 7,7%.

Gráfico 1

Evolução do rendimento médio real no mercado formal de trabalho no Brasil – dez.1990-dez.99



FONTE: RAIS – MTE.

NOTA: em reais constantes de dezembro de 1999.

Em suma, ao longo dos dez anos estudados, observaram-se quatro anos em que houve queda de salário médio real - em relação ao ano imediatamente anterior - e

cinco em que houve elevação, resultando em um crescimento acumulado de 11,7% no período. Essa simples descrição do movimento expresso no Gráfico 1 nada revela sobre a existência do chamado efeito-estrutura, permanecendo, portanto, a necessidade de testar o que levou ao aumento do salário médio real na década. Teria sido uma elevação verdadeira ou apenas um efeito matemático, de retirada da base da pirâmide – sem aumento efetivo dos salários de quem permaneceu empregado?

### **III. A movimentação do emprego formal por faixas de rendimento**

Com base no CAGED, do MTE, que fornece a movimentação mensal da mão-de-obra no mercado de trabalho formal, procurou-se conhecer a flutuação do emprego, indicada pelo saldo entre admissões e desligamentos, ano a ano, conforme as três faixas de rendimento selecionadas - de 0,5 a 2 salários mínimos, de 2 a 5 salários mínimos e de 5 e mais salários mínimos. O uso dessa base permite identificar exatamente o que se quer, isto é, em que medida a expansão ou retração do contingente de empregados em determinada faixa de rendimentos se dá por efeito de contratações e desligamentos, o que não é possível utilizando-se a RAIS, na qual não se pode discernir o deslocamento de trabalhadores de uma faixa salarial para outra – por efeito de variações dos rendimentos recebidos no mesmo emprego -, de um movimento de desligamento/admissão de empregados.

Ao se observar a movimentação do emprego, ano a ano, ao longo do período 1990 a 1999, por faixas de rendimento, chama atenção o comportamento singular do estrato de rendimento inferior, de 0,5 a 2 salários mínimos, que acusa saldo negativo entre admitidos e desligados somente no primeiro ano da série, mesmo assim, em um volume muito menor do que o das outras faixas (Tabela 1). Em todos os outros anos, a faixa de rendimentos mais baixa sempre apresentou um número de admissões maior que o de desligamentos, enquanto a faixa superior, acima de 5 salários mínimos, experimentou saldos negativos em todos os anos da série. A faixa de rendimentos intermediária, de 2 a 5 salários mínimos, também exhibe admissões menores que desligamentos em todos os anos, com exceção de 1994 e de 1997, quando alcançou saldos positivos (em torno de 12 mil e de 107 mil, respectivamente). Esses anos foram os que ostentaram os maiores acréscimos no estoque total de empregos formais - aproximadamente 742 mil postos em 1994 e quase 669 mil em 1997 -, bem como os maiores saldos positivos da faixa inferior - em torno de 867 mil e de 911 mil,

respectivamente. Deve-se lembrar que esses realmente foram anos especiais, no que se refere ao nível de atividade e ao emprego. O primeiro absorveu todo o impacto positivo do Plano Real e da expansão da produção industrial, principalmente no seu segundo semestre. Já 1997 foi o último ano da fase áurea do Real, antes das crises internacionais e da própria crise brasileira que culminou com a mudança cambial. Naquele ano - e no anterior - a produção industrial de diversos setores, como o automobilístico e o de televisores, atingiu recordes atualmente invejáveis. Ainda assim, nesses dois anos a faixa superior de rendimentos manteve perda líquida na movimentação de trabalhadores, com uma variação negativa de aproximadamente 137 mil empregos em 1994 e 349 mil em 1997.

Os piores anos para o emprego foram os primeiros do período considerado, quando se suprimiram aproximadamente 631 mil vagas em 1990, 289 mil em 1991, e 303 mil em 1992. Uma particularidade observada nesses anos é que, excetuando-se 1991, a faixa intermediária apresenta uma contração de postos de trabalho maior do que a superior. Naturalmente, a faixa inferior de rendimentos registrou, nesse intervalo de tempo, os seus menores saldos, inclusive o único negativo, de quase 19 mil trabalhadores em 1990.

A partir de 1993 o saldo global é continuamente positivo, embora as flutuações sejam acentuadas. Cabe destacar que esse resultado positivo deve-se à faixa de 0,5 a 2 salários mínimos, que experimentou uma elevada expansão no seu contingente de trabalhadores, compensando, em alguma medida, o movimento das outras faixas.

Tomando-se as movimentações de cada faixa durante o período completo dos dez anos estudados, fica ainda mais evidente a importância da faixa mais baixa para a manutenção do saldo positivo global, de 1,39 milhão de empregos. Isto porque as faixas intermediária e alta apresentaram reduções líquidas de postos de trabalho em torno de 1,30 milhão e 2,61 milhões, respectivamente, e a faixa baixa teve um saldo positivo de 5,30 milhões, sustentando o movimento geral.

#### Tabela 1

Evolução do saldo entre admitidos e desligados, por faixas de rendimentos selecionadas, em salários mínimos, no mercado de trabalho formal do Brasil – 1990-99

Faixas Salariais	1990	1991	1992	1993	1994	1995
0,51 a 2,00	-18.599	64.814	120.242	600.783	866.544	525.223
2,01 a 5,00	-390.121	-162.446	-271.791	-76.769	12.009	-140.834
5,01 a 120,01	-222.725	-191.113	-151.683	-174.154	-136.769	-326.608
Total	-631.445	-288.745	-303.232	349.860	741.784	57.781

Faixas Salariais	1996	1997	1998	1999	1990-99
0,51 a 2,00	742.639	910.822	657.390	832.842	5.302.700
2,01 a 5,00	-67.652	107.076	-198.595	-113.839	-1.302.962
5,01 a 120,01	-352.386	-349.114	-375.075	-330.860	-2.610.487
Total	322.601	668.784	83.720	388.143	1.389.251

FONTE: CAGED – MTE.

NOTAS: 1. Os valores das faixas salariais são dados em salários mínimos dos respectivos anos.

2. Para os anos de 1998 e 1999, o intervalo da primeira faixa salarial começa em zero; a partir de 1997, o limite superior do intervalo da última faixa está aberto.

Portanto, as evidências são de que o movimento de ampliação do emprego nos anos 90 localizou-se na faixa de rendimentos mais baixa, o que permite deduzir que os novos requisitos de contratação, presumidamente consagrados pela reestruturação produtiva dos anos 90, não tiveram correspondência no padrão salarial dos novos ingressos.

De fato, ao se tomar o movimento global da década, não se verificou a existência de um efeito-estrutura, ou seja, elevação “artificial” do salário médio real, em função de



um encolhimento de parte significativa da base da distribuição salarial. Mais do que isso, ao se isolarem os quatro anos em que houve **queda** do salário médio real - 1991, 1994, 1998 e 1999 -, pode-se constatar um efeito-estrutura “às avessas”, dado que nesses anos se observou um movimento líquido positivo somente na faixa baixa, o que provocou uma redução “artificial” – nos termos do que se considerou, anteriormente, como efeito matemático - do rendimento médio real.

Se o chamado efeito-estrutura não ocorre para a totalidade do mercado de trabalho formal, é importante investigar se ele não aparece no caso específico da indústria de transformação. O exame do comportamento do emprego no setor industrial permite apurar com maior acuidade os condicionantes da elevação do rendimento médio, sendo especialmente decisivo para testar a hipótese do efeito-estrutura, uma vez que a indústria é o *locus* privilegiado das inovações tecnológicas e gerenciais. Evidências da difusão de novos padrões técnicos e produtivos na indústria de transformação fundamentariam a expectativa de uma expulsão bastante severa, em termos relativos, dos trabalhadores da base da distribuição salarial, considerando-se que os menores rendimentos estariam associados a funções menos qualificadas, a menor escolaridade dos indivíduos e a postos tendencialmente mais atingidos pela automação.

A movimentação do emprego formal na indústria de transformação (Tabela 2), ao longo dos anos 90, acusa um comportamento diferenciado para a faixa de rendimentos de 0,5 a 2 salários mínimos, tendo em vista que, com exceção dos dois primeiros anos da série, o saldo entre admitidos e desligados sempre foi positivo, enquanto para a faixa mais alta, sempre foi negativo e para a intermediária, só não o foi em 1994. O ano de 1994 marca a maior ampliação no estoque de empregados da indústria, pouco mais de 184 mil, quase toda localizada na faixa inferior (250 mil trabalhadores), o que representou o maior incremento verificado nessa faixa em todo o período. Os outros anos positivos para o emprego industrial foram 1993, momento em que ocorreu uma expansão no contingente empregado de 76 mil pessoas, e 1999, quando o saldo foi de 44 mil novos postos, em função, mais uma vez, dos resultados exibidos pela faixa de 0,5 a 2 salários mínimos, que conseguiu acrescentar 193 mil trabalhadores, em 1993, e quase 223 mil no último ano.

O pior ano, em termos da movimentação do emprego, foi, de longe, o de 1990, em que se suprimiram quase 513 mil vagas na indústria de transformação, a maior parte delas na faixa de 2 a 5 salários mínimos (-268 mil); a faixa de rendimentos mais

baixa registrou o menor saldo negativo, em torno de 87 mil trabalhadores. A destruição de milhares de postos de trabalho foi a reação imediata do setor à política de abertura comercial do governo Collor, que pegou as empresas, notadamente as industriais, no contrapé, minimamente preparadas para enfrentar a concorrência com os produtos importados. Mesmo em um ano tão desfavorável, os empregados de baixos salários foram, de alguma forma, preservados, pois os postos de trabalho situados na faixa inferior representaram apenas 17,1% do total de postos fechados.

Tabela 2

Evolução do saldo entre admitidos e desligados, por faixas de rendimentos selecionadas, em salários mínimos, na Indústria de Transformação do Brasil – 1990-99

Faixas Salariais	1990	1991	1992	1993	1994	1995
0,51 a 2,00	-87.626	-19.180	22.639	193.155	250.403	74.106
2,01 a 5,00	-268.402	-121.212	-144.759	-30.289	4.415	-125.112
5,01 a 120,01	-156.823	-105.788	-88.561	-86.754	-70.387	-153.862
Total	-512.851	-246.180	-210.681	76.112	184.431	-204.868

Faixas Salariais	1996	1997	1998	1999	1990/99
0,51 a 2,00	184.946	188.053	120.269	222.843	1.149.608
2,01 a 5,00	-66.331	-57.153	-158.112	-60.818	-1.027.773
5,01 a 120,01	-150.212	-159.616	-175.375	-117.574	-1.264.952
Total	-31.597	-28.716	-213.218	44.451	-1.143.117

FONTE: CAGED – MTE.

NOTAS: 1. Os valores das faixas salariais são dados em salários mínimos dos respectivos anos.

2. Para os anos de 1998 e 1999, o intervalo da primeira faixa salarial começa em zero; a partir de 1997, o limite superior do intervalo da última faixa está aberto.

Ao se observarem os dados da indústria de transformação, pois, não se alcançam evidências de um efeito-estrutura. Os saldos da movimentação de pessoal no período confirmam a predominância da contratação de trabalhadores com baixos salários, pois enquanto o total da indústria acusava a supressão de 1,14 milhão de vagas, a faixa de remuneração inferior ampliava o número de vagas em 1,15 milhão. Vale para a indústria o mesmo que já se havia dito para a totalidade do emprego formal, isto é, que se o processo de reestruturação produtiva em curso na última

década elevou os requisitos de ingresso no mercado de trabalho , não garantiu a correspondente valorização salarial.

#### **IV. Conclusão**

O objetivo desse artigo era o de investigar se o aumento do salário médio real da economia brasileira durante os anos 1990-99 refletiu uma efetiva elevação dos rendimentos de quem se manteve empregado, expressando acréscimos no poder de compra desses assalariados, ou tratou-se de um efeito matemático, pelo qual a expulsão mais do que proporcional dos trabalhadores da base da distribuição de salários elevou, matematicamente, a média, sem que se configurasse melhora da remuneração de cada indivíduo. Se estivesse ocorrendo esse ajuste estrutural na base da pirâmide, o entendimento do que se passava com a evolução dos rendimentos médios reais ao longo dos anos 90 deveria ser balizado por esse fenômeno, o que configuraria a existência do chamado efeito-estrutura no salário médio dos trabalhadores. Assim, o incremento no rendimento médio real dos empregados brasileiros verificado no período 1990-99, matematicamente demonstrado, seria irreal do ponto de vista do comportamento dos salários individuais, pois teria sido influenciado pela expulsão dos trabalhadores da base da distribuição salarial. A análise empreendida procurou verificar, através do movimento do emprego formal, segundo faixas de rendimentos, quais as faixas que estavam sendo “reforçadas” por uma variação líquida positiva entre admissões e desligamentos, e quais as que estavam sofrendo retração.

Mediante esse procedimento, pode-se constatar que, para a totalidade do mercado de trabalho formal, a única faixa de rendimentos em que a movimentação de

pessoal indicou ampliação no número de empregados foi a de 0,5 a 2 salários mínimos; as outras demitiram muito mais do que contrataram, apresentando, em alguns anos, saldos altamente negativos. As evidências são, pois, no sentido de contrariar a expectativa, de que os empregados de baixos salários seriam os que mais sofreriam com as políticas de ajustes e com a difusão de inovações. No cômputo global do período, presenciou-se a extinção de 2,61 milhões de postos de trabalho na faixa de rendimento superior, de 5 salários mínimos e mais, e de 1,30 milhão na intermediária, de 2 a 5 salários mínimos. Ao mesmo tempo a faixa inferior experimentou um saldo positivo entre admissões e desligamentos de 5,30 milhões, sustentando o resultado líquido de 1,39 milhão de novas contratações no agregado do mercado de trabalho formal brasileiro.

A indústria de transformação, de igual forma, tomados os saldos entre admissões e desligamentos, ampliou o número de trabalhadores na faixa de rendimentos inferior, em uma conjuntura altamente desfavorável ao emprego industrial. As manifestações da reestruturação produtiva na indústria, se, por um lado, significaram a queima de milhares de postos de trabalho e a emergência de novos requisitos para o aproveitamento dos trabalhadores, por outro, não se fizeram sentir nos salários de ingresso, haja vista a elevada variação positiva constatada no saldo das movimentações no estrato de rendimentos de 0,5 a 2 salários mínimos, contrariamente ao que se observa nas outras faixas. Esses resultados sugerem que, mesmo diante de uma elevação no padrão de exigências para o preenchimento dos postos, não está se configurando, no mercado, uma contrapartida salarial.

Pode-se concluir, pois, que, resguardando-se as especificidades da base CAGED, na década de noventa, se presenciou um autêntico incremento no rendimento médio real no mercado de trabalho formal brasileiro, descartando-se a ocorrência do que se chamou de efeito-estrutura.

## Anexo

Tabela 1

Evolução do saldo entre admitidos e desligados, por faixas de rendimentos selecionadas, em salários mínimos, na Agropecuária do Brasil – 1990-99

Faixas Salariais	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
0,51 a 2,00	3.651	-1.513	7.871	16.526	29.170	-14.098	8.310	36.816	-7.488

2,01 a 5,00	-5.313	-1.694	-15.318	-132	-5.946	-7.340	-23.899	-4.151	-20.875
5,01 a 120,01	-2.311	-1.018	-965	-9.326	174	-3.018	-8.200	-3.750	-3.257
Total	-3.973	-4.225	-8.412	7.068	23.398	-24.456	-23.789	28.915	-31.620

FONTE: CAGED – MTE.

NOTAS: 1. Os valores das faixas salariais são dados em salários mínimos dos respectivos anos.

2. Para os anos de 1998 e 1999, o intervalo da primeira faixa salarial começa em zero; a partir de 1997, o limite superior do intervalo da última faixa está aberto.

Tabela 2

Evolução do saldo entre admitidos e desligados, por faixas de rendimentos selecionadas, em salários mínimos, na Construção Civil do Brasil – 1990-99

Faixas Salariais	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
0,51 a 2,00	-46.328	-16.409	-5.276	21.051	44.352	23.822	66.150	84.419	67.150
2,01 a 5,00	-36.358	9.884	-19.841	-9.776	-12.802	-27.043	-6.215	23.885	-26.150
5,01 a 120,01	-8.358	-5.201	-4.676	-16.765	-8.941	-14.939	-16.243	-17.357	-21.150
Total	-91.044	-11.726	-29.793	-5.490	22.609	-18.160	43.692	90.947	18.850

FONTE: CAGED – MTE.

NOTAS: 1. Os valores das faixas salariais são dados em salários mínimos dos respectivos anos.

2. Para os anos de 1998 e 1999, o intervalo da primeira faixa salarial começa em zero; a partir de 1997, o limite superior do intervalo da última faixa está aberto.

Tabela 3

Evolução do saldo entre admitidos e desligados, por faixas de rendimentos selecionadas, em salários mínimos, no Comércio do Brasil – 1990-99

Faixas Salariais	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
0,51 a 2,00	43.930	6.287	25.410	163.670	213.006	169.784	219.923	312.877	244.944
2,01 a 5,00	-41.250	-52.891	-49.417	-22.645	-5.462	-11.404	-27.903	34.354	-32.615
5,01 a 120,01	-19.026	-23.443	-15.492	-15.279	-8.336	-28.778	-51.917	-61.623	-59.485
Total	-16.346	-70.047	-39.499	125.746	199.208	129.602	140.103	285.608	152.844

FONTE: CAGED – MTE.

NOTAS: 1. Os valores das faixas salariais são dados em salários mínimos dos respectivos anos.

2. Para os anos de 1998 e 1999, o intervalo da primeira faixa salarial começa em zero; a partir de 1997, o limite superior do intervalo da última faixa está aberto.

Tabela 4

Evolução do saldo entre admitidos e desligados, por faixas de rendimentos  
selecionadas, em salários mínimos,  
no Serviços do Brasil – 1990-99

Faixas Salariais	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
0,51 a 2,00	67.774	95.629	69.598	206.381	329.613	271.609	263.310	288.657	232.569
2,01 a 5,00	-38.798	3.467	-42.456	-13.927	31.804	30.065	56.696	110.141	39.799
5,01 a 120,01	-36.207	-55.663	-41.989	-46.030	-49.279	-126.011	-125.814	-106.768	-115.100
Total	-7.231	43.433	-14.847	146.424	312.138	175.663	194.192	292.030	157.268

FONTE: CAGED – MTE.

NOTAS: 1. Os valores das faixas salariais são dados em salários mínimos dos respectivos anos.  
2. Para os anos de 1998 e 1999, o intervalo da primeira faixa salarial começa em zero; a partir de 1997, o limite superior do intervalo da última faixa está aberto.

## Bibliografia

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS/CAGED (1990-1999). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD-ROM).

CASTRO, Nadya A. (1995). Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro. In: \_\_\_, org. **A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.17-49.

CASTRO, Nadya A. (1997). Qualificação e reestruturação das relações industriais: uma nova moeda de troca? **Educação e Sociedade**, Campinas, n.6 (especial – Tecnologia, trabalho e educação), dez., p.36-63.

FLIGENSPAN, Flávio B., SCHNEIDER, Anderson L. (2000). Desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho: coeficiente de Gini aplicado à RAIS. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p.227-247.

JORNADA, Maria Isabel H. da (2001). Rendimentos no mercado de trabalho formal do RS e em suas regiões. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 4 (no prelo).

LEITE, Elenice (1997). Reestruturação industrial, cadeias produtivas e qualificação. In: CARLEIAL, Liana, VALLE, Rogério, org. **Reestruturação produtiva e**

**mercado de trabalho no Brasil.** São Paulo: HUCITEC/ABET.

LEITE, Márcia de Paula (1996). A qualificação reestruturada e os desafios da formação profissional. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 45, jul.

LEITE, Márcia de Paula (1997). **O trabalho em movimento:** reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil. Campinas: Papirus.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS/RAIS (1990-1999). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD-ROM).

SALM, Cláudio (1995). As relações entre capitalismo e educação: prolegômenos. In: CASTRO, Nadya A. de, org. **A máquina e o equilibrista:** inovações na indústria automobilística brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 145-157.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. et all (2000). Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul nos anos 90. In: FLIGENSPAN, Flávio B., org. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90.** Porto Alegre: FEE, p. 248-316.